



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 141, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº239, de 2017, do Senador Alvaro Dias, que Institui a obrigatoriedade de transmissão, em tempo real, através da rede mundial de computadores, das sessões colegiadas de órgãos públicos.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Paulo Rocha

28 de Novembro de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2017, do Senador Alvaro Dias, que *institui a obrigatoriedade de transmissão, em tempo real, através da rede mundial de computadores, das sessões colegiadas de órgãos públicos*.

RELATOR: Senador **PAULO ROCHA**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 239, de 2017, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Nos termos do *caput* do seu art. 1º, a proposição pretende tornar obrigatória, pela internet e em tempo real, a transmissão de todas as sessões colegiadas dos órgãos públicos integrantes dos Poderes da República, bem como do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e da Defensoria Pública, sem prejuízo da transmissão por outros veículos de comunicação.

Formado por três parágrafos, o dispositivo inicial do projeto determina ainda que o conteúdo da transmissão deve estar disponível para o acesso dos internautas pelo prazo mínimo de cinco anos (§ 1º); que os processos sigilosos serão protegidos pela abreviação dos nomes das partes (§ 2º); e que é proibida qualquer interpretação restritiva da publicidade determinada (§ 3º).



O art. 2º do PLS nº 239, de 2017, estabelece os prazos para o cumprimento integral do novo comando legal nas diferentes esferas: seis meses para os órgãos públicos federais, doze meses para os estaduais e dezoito meses para os municipais.

Os arts. 3º e 4º preveem as sanções para o eventual descumprimento da obrigação proposta. O Poder ou a instituição faltosa será considerado inapto ao recebimento de qualquer transferência voluntária de recursos da União, e dos Estados, no caso de órgãos municipais. E os agentes públicos poderão ser enquadrados na prática dos crimes de prevaricação e de improbidade administrativa.

Por fim, o art. 5º estabelece que a lei, caso aprovada a matéria, entrará em vigor na data de sua publicação.

O PLS nº 239, de 2017, foi distribuído à CCT, e, em sede de decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT deliberar sobre proposições relacionadas à informática, como é o caso das transmissões via internet prevista na iniciativa em tela.

No mérito, deve-se louvar o PLS nº 239, de 2017. Como diz o autor em sua justificção, diante do avanço tecnológico dos meios de comunicação, é imperioso o uso da internet para a divulgação de informações em atenção ao princípio constitucional da publicidade.

É de se notar que uma série de órgãos do Poder Público federal já disponibiliza suas sessões deliberativas por meio de transmissões em tempo real, via internet. O Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal adotam essa prática. Também há exemplos em órgãos do Poder



Executivo, como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) que transmite, ao vivo, as sessões de seus Conselhos Diretor e Consultivo.

Ressalte-se ainda que a proposição em tela busca disseminar essas transmissões para todos os entes públicos em âmbito federal, estadual e municipal, prevendo prazos distintos para que as diferentes esferas possam se adaptar à nova obrigação.

Nesse sentido, somos favoráveis ao teor do projeto de lei em análise. Sugerimos, entretanto, um pequeno ajuste de redação no § 1º do art. 1º para deixar claro que o conteúdo das transmissões das sessões colegiadas deverá estar disponível, pelo prazo mínimo de cinco anos, nos sítios dos respectivos órgãos públicos na internet.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2017, com a seguinte emenda da redação:

EMENDA Nº 1 - CCT

Dê-se ao § 1º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2017, a seguinte redação:

“Art.

1º



§ 1º O conteúdo da transmissão deve ser mantido disponível no sítio do respectivo órgão público na internet por, no mínimo, 5 (cinco) anos.

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17101.93684-25



Relatório de Registro de Presença

CCT, 28/11/2017 às 14h30 - 37ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VAGO		2. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
VALDIR RAUPP		3. DÁRIO BERGER	PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO ROCHA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
VAGO		2. LINDBERGH FARIAS	PRESENTE
JORGE VIANA		3. ÂNGELA PORTELA	PRESENTE
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE	
RICARDO FERRAÇO		2. VAGO	
JOSÉ AGRIPINO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ		1. GLADSON CAMELI	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	2. IVO CASSOL	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. VAGO	
VAGO		2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
VAGO		1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MAGNO MALTA		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA
JOSÉ PIMENTEL
ATAÍDES OLIVEIRA
WILDER MORAIS
CIDINHO SANTOS
WELLINGTON FAGUNDES
JOSÉ MEDEIROS
PAULO PAIM



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

LÍDICE DA MATA

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 239/2017)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR PAULO ROCHA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA N.º 01- CCT.

28 de Novembro de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática